



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1750/09	DATA: 13/10/2009
INÍCIO: 15h23min	TÉRMINO: 16h48min	DURAÇÃO: 01h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h25min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARLETE IVONE CARAMÊS – Fundadora e Presidenta do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná — CRIDESPAN.

SUMÁRIO: Reunião destinada a investigar as causas, as consequências e os responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Grafia não confirmada: Padre Rogério Buzetti.
Há termo ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Declaro aberta a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e os responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Vou passar direto ao expediente.

Comunico a V.Exas. que no dia 21 de outubro de 2009, às 15h, haverá uma reunião dos membros desta CPI com a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Haverá traslado saindo do Anexo II, às 14h50min.

Informamos também aos Srs. Parlamentares que a reunião de audiência pública com a Dra. Marília Regina Pombo Marchese, anteriormente marcada para o dia 15 de setembro, quinta-feira, às 10h, foi adiada para o dia 3 de novembro de 2009, a pedido do Deputado Geraldo Thadeu, autor do Requerimento nº 15, de 2009, que requeria o comparecimento da depoente.

A Secretaria da CPI está em contato com outros convidados para possível audiência pública no próximo dia 15 de outubro.

A Deputada Emilia Fernandes também nos avisou que, em razão de acidente sofrido e por recomendação médica, estará impossibilitada de viajar e participar das reuniões da CPI. A Deputada pediu à Mesa o cancelamento do processo dela para a audiência pública do Rio de Janeiro.

Convido para compor a Mesa a Sra. Arlete Ivone Caramês, fundadora e Presidenta do Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná — CRIDESPARG, que hoje estará aqui fazendo parte da audiência pública.

Dra. Arlete, a senhora já foi Deputada Estadual. Então, já está acostumada a isso. Eu peço à senhora que faça a leitura do compromisso.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Antes de passar a palavra à depoente, peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O tempo concedido à convidada será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão — art. 256, § 2º —, não podendo ser apartada. Os Deputados interessados em interpellá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.



Então, com a palavra a Dra. Arlete Ivone Caramês.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Eu queria agradecer, primeiramente, à Deputada Bel Mesquita pelo convite e dizer a vocês que espero contribuir um pouco, apesar da minha luta. Já tenho um filho desaparecido há 18 anos. Eu consegui, no Paraná, criar alguns órgãos de defesa da criança. E conseguimos evitar também que continuassem os desaparecimentos, como estava acontecendo. Em 1991, em 1992 desapareceram muitas crianças.

Nós trabalhamos com... Começamos... Em princípio, nós éramos 12 pais. Doze pais que não sabiam onde recorrer, quando desaparecia uma criança. A própria polícia não tinha nenhum formulário para anotar uma pista que viesse, mesmo que falsa. Eles não tinham um papel para anotar o que estava acontecendo.

Eu, na minha casa... Fizemos um papel com data e telefone para colocar, porque nós conseguimos uma bina, na ocasião. Também foi difícil, na ocasião, essa bina, porque tinha de ter uma ordem judicial. Hoje não. Hoje já pode ter bina quem quiser. E a informação que eles nos davam, depois do telefone que vinha na bina, 15 dias depois... Quinze dias depois não precisava mais de informação, porque já tinha passado tanto tempo! Não ajudava em nada.

Enfim, nós ficamos nessa luta, esses 12 pais, tentando conseguir um órgão centralizador dessa questão, no Paraná, da criança desaparecida. E nós conseguimos junto ao Governo — na época, o SICRIDE, que é o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas. Esse serviço funciona. Funciona muito bem. Até, não sei se vocês vão convidar o pessoal do SICRIDE, mas eu achava muito interessante ter uma pessoa no Governo, a Delegada Márcia Tavares, que é uma pessoa muito atuante nessa questão. Márcia Tavares, Ana Cláudia também, que é do SICRIDE hoje. A Márcia já trabalhou lá. Hoje saiu. Mas ela é uma pessoa muito enfrontada nessa questão da criança desaparecida, muito dedicada a essa questão. E é do que a gente precisa nesta hora: de pessoas que nos deem o caminho.

E eu criei uma ONG. Criei uma ONG para ajudar esses pais, porque desaparecia uma criança, e eles não sabiam onde recorrer. Então, ao invés de eles irem à polícia, eles vinham a mim procurar o que fazer, porque eles iam à delegacia, diziam para eles: *“Tem que esperar 48 horas para ver se a criança não está na casa*



de um amiguinho, na casa de um parente. Ele pode aparecer nesse período". As 24 horas iniciais são fundamentais para se encontrar uma criança. São fundamentais. E a gente foi orientando, foi acompanhando esses pais. Criamos uma ONG, o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida. Foi criada por nós, pais, para que a gente se reunisse. E chegamos à conclusão de que a dificuldade era igual para todos. Na delegacia ninguém tinha informação, era tudo truncado, não sabiam de nada. E conseguimos, depois, criar esse órgão SICRIDE junto ao Governo, que atua, e atua muito bem.

Ao longo desses anos... O SICRIDE foi criado em 1996. Até agora o meu número com o deles não bate — o número de desaparecidos. O meu... Eu tenho 28. Tenho muito mais desaparecidos do que eles. Por quê? Porque eu tenho as 12 crianças antigas, que foi quando começou. São casos não solucionados no Paraná.

De lá para cá, nós também fazemos um trabalho de prevenção em escola, que eu acho fundamental. Nós temos uma cartilha. Eu trouxe aqui, até, um modelo. Essa cartilha é para distribuir para as crianças, para os pais e para os professores. Essa aqui é para a criança. Aqui dentro tem um desenho, para ela não aceitar presente de ninguém, para ela não aceitar doce de ninguém, para ela não aceitar carona de ninguém. São coisas básicas que todo pai faz, que toda mãe ensina. Mas nunca é demais você orientar a criança, fazendo com que ela desenhe e com que ela assimile bem. Nós temos um outro *folder*. Esse aqui é para os pais. É o que eu digo: não quero ensinar pai e mãe a cuidarem de filho, mas são coisas fundamentais que às vezes passam despercebidas. Ir a um *shopping*, cuidar do seu filho, porque às vezes uma pessoa está atenta ao seu filho, está planejando levá-lo. E tem um outro, que é para o professor, para o professor nos ajudar a identificar a criança vítima de violência, porque é dentro da escola que ela fica a maior parte do tempo. A grande maioria dos pais está trabalhando fora, volta tarde, a criança às vezes já está dormindo, e não têm nem contato com a criança. E a professora sabe. Ela acompanha mais a criança. A criança fica mais arredia... E o problema, na grande maioria das vezes, que a gente conseguiu ver... A questão da pedofilia é dentro de casa. É com um parente, é com... Enfim, é um primo, é um tio. O problema está ali, dentro de casa mesmo. Então, nós fazemos palestras em escolas.



Eu atribuo que essa diminuição do desaparecimento de criança no Paraná é em função desse trabalho que a gente faz. Quando a gente não pode fazer a palestra, a gente envia o *folder*. A gente entende... Tem uma pessoa que vai para o interior e leva esse material. E numa reunião em que ela esteja, com um grupo de pessoas, com um número bom de pessoas, ela fala, ela distribui o nosso *folder*. Então, sempre é um alerta.

Eu tenho um caso — digo, o nosso trabalho — de um menino que fugiu de casa. Ele brigou com o pai e fugiu de casa. E nós fizemos assim, porque as empresas de pedágio, empresários... Nós temos 68 empresários que nos ajudam a fazer o *folder*, a fazer um cartaz — não financeiramente. E nós fizemos um cartaz pequenininho com as crianças do Paraná. Esse menino que fugiu, fazia 3 anos que ele tinha fugido. Ele estava numa praça em Curitiba, viu no chão um cartazinho e viu a foto dele. Ele se surpreendeu. Ele não imaginou que a mãe dele fosse atrás e o pai fosse atrás dele, porque ele tinha brigado com o pai. Ele se viu ali. Ele já não lembrava nem como chegar à cidade dele, que é próxima a Curitiba: Campo Largo. Fica a 30 quilômetros. Ele já nem sabia direito como chegar lá. Ele quase matou a mãe, quando a mãe viu o filho, porque a mãe achou que ele estava morto. Foi graças a um cartaz.

Então, eu tive ajuda, sim, na época, e ainda tenho até hoje, de muitas pessoas que nos ajudam a fazer esse material. Porque eu acredito que todo material em que a gente possa divulgar a foto de uma criança, vá bater onde bater... Um senhor, uma ocasião, me procurou, muito encabulado. Ele queria colocar no papel que envolve o papel higiênico, porque ele trabalhava com papel higiênico. Ele estava muito acanhado para oferecer... Mas eu parto do princípio de que qualquer jornal, qualquer papel que você puder pôr a foto de uma criança desaparecida é fundamental, porque cada um vai bater num canto. E, de repente, vai bater onde está essa criança. Senão, pelo menos, alguém viu essa criança. Então, eu parto do princípio de que a divulgação, a prevenção são o trabalho maior que a gente pode fazer.

Não é fácil a localização dessas crianças, eu sei. Eu tenho um filho... Há 18 anos... Nós temos 28 crianças... Não vem pista. Falta conscientização da população no sentido de falar o que viu. Eu não sei se por medo... Porque eu acredito que uma



criança não é roubada só... que uma pessoa só leve uma criança. Tem mais de uma por trás. Eu não acredito.

Fala-se em tráfico de órgãos, mas eu não tenho prova nenhuma de que tenha sido tráfico de órgãos, embora se fale muito. Fala-se em adoção. Aí já dizem: *“Ah, seu filho tinha oito anos e meio quando foi roubado”*. Mas se leva. Eu estive aqui em Brasília, trabalhei na Polícia Federal, fiz um trabalho de pesquisa em passaporte de crianças adotadas no exterior. Adotam-se pessoas adultas também. Porque tem muita gente no exterior que não tem para quem deixar sua herança. E eles adotam. Qualquer idade. Porque eles querem deixar um herdeiro. Eu fiz um trabalho na Polícia Federal nesse sentido, aqui. Eu vim junto com uma policial. Eu fui ao Paraguai fazer esse trabalho também, na Polícia Nacional paraguaia. Muita criança brasileira sai por lá.

Nós tínhamos, na época — não sei se vocês conhecem; vocês são bem jovens, mas alguém deve lembrar —, a Arlete Hilu. Já ouviram falar? A maior traficante de crianças do Brasil: Arlete Hilu. É do Paraná. Ela levava para adoção em Israel, principalmente. E teve uma das crianças que foi descoberta em Israel. E o casal que adotou a Bruna... É o caso Bruna, de que se fala no Paraná. O casal que adotou a Bruna disse que a Bruna era deles, porque eles pagaram 12 mil dólares por ela.

Não que a Arlete Hilu roubasse criança. A Arlete Hilu tinha uma rede de mulheres que trabalhavam como babás, roubavam as crianças e entregavam para ela. Essa pessoa é muito conhecida no Brasil. E a menina Bruna foi encontrada. A mãe pegou a criança de volta, conseguiu retornar a criança para ela. E realmente foi comprovado que foi através da Arlete Hilu que essa criança foi para lá. E dizem que ela levou mais de mil crianças.

Fala-se que em Curitiba havia um padre, que esse padre hoje está no Nordeste — o Padre Roberto Buzetti. Também leva crianças para o exterior. Ele morava no Paraná também. Ele leva para a Itália, e a Arlete Hilu levava para Israel.

Eu não tenho nada comprovado do meu filho, dessas crianças que nós temos. Não tenho nada. Mas temos casos, assim, terríveis. Eu tenho o caso de uma menina que desapareceu, e não se encontrou mais. Dois anos depois desapareceu a segunda filha do casal. Dizem que o raio não cai 2 vezes na mesma cabeça, não é?



Aí, um senhor falou que o amigo dele tinha matado a menina e posto dentro de um tambor, num local onde eles juntavam papelão, papel para vender. Eles encontraram a menina morta dentro do tambor e pegaram o rapaz — ele denunciou que era ele que tinha matado a menina. Aí, tentaram de toda forma que ele confessasse. Ele disse que não, que ele não fez. Eu estive com ele, inclusive, porque sempre tinha a curiosidade de ver. De repente, era alguém que eu conhecia — não é? —, que poderia ter pego o meu filho. Em resumo, a polícia desconfiou do que denunciou e prendeu o que denunciou. Ele não só matou essa, como matou a primeira. E levou no local onde estava o corpo da outra, a ossada. A mãe reconheceu pela chupeta da menina, que estava junto.

Nós temos casos assim que... Tem um caso intrigante. Três irmãs foram dormir: Uma no meio e uma de cada lado. A do meio sumiu — ninguém sabe, ninguém viu —, simplesmente, ela sumiu. Eu trouxe aqui para vocês, vou deixar, Deputada, um apanhado das nossas crianças, eu trouxe cartaz. Eu tenho aqui, os nossos casos, eu relacionei. E aqui tenho as fotos das crianças oficiais. Isso, nós distribuímos por todo o Brasil. Eu, quando o meu filho desapareceu, a foto dele eu mandei para todos os municípios do Brasil — para todos os municípios eu mandei. Eu tive a felicidade, eu trabalhava em um banco, um banco de Estado, e o banco me ajudou muito. Porque a dificuldade é imensa para você conseguir um cartaz desse, para você mandar para fora. É caro o custo, tem um custo, vocês sabem, vocês trabalham com os Correios, com tudo, tem um custo, mas eu consegui fazer isso. E continuei também, depois, com o Movimento, fazendo isso também.

Eu consegui, na época, em 1995, uma verba de mil reais por mês, que eu fazia milagre. Mas, enfim, tentava fazer alguma coisa. Eu procurei fazer com que a coisa não caísse no esquecimento: até hoje. Eu continuo a minha luta na busca de não só meu filho, como todas essas crianças — eu estou aí batalhando por isso. Eu acho que é fundamental a criação de um órgão, como eu criei o Movimento Nacional. Eu criei o Movimento Nacional por quê? Eu queria que cada Estado da Federação tivesse a sua representação. Mas isso tem que partir de um pai. E há pais que eu acho que até dão graças que o filho some. Porque é tanto filho, de repente, que — entende? — não está nem aí: ele some. Diz que sumiu, e sumiu. Não vai à luta.



Então, o meu Movimento não prosperou no sentido de nacional, ele prosperou no Paraná. E depois criamos o SICRIDE que funciona muito bem, em todos os casos. O SICRIDE tem uns 2 ou 3 casos pendentes, e poucos casos pendentes, como nós temos, mais antigos.

Eu fui Deputada, eu fui Vereadora. Quando Deputada, eu consegui, eu tinha um escritório, eu trabalhava com qualquer faixa etária de desaparecido, porque eu fui eleita pelo povo e me via na obrigação de atender qualquer pessoa que me procurasse. Eu não me via, assim, na condição de dizer: “Não, teu filho tem 18 anos, eu não vou te ajudar.” Eu acho que fui eleita pelo povo, acho que a gente está aí por isso. Vocês também, não é? A gente foi eleito pelo povo e a gente tem que responder pelo que se comprometeu a fazer. Eu fui, até 2005 — perdi a eleição em 2006 —, Parlamentar, e, com a minha verba de gabinete, eu movimenteí muito meu gabinete com essa questão da criança desaparecida, ajudei muito pai, muita mãe. Nós trouxemos uma criança de Portugal, que o pai tinha levado. A mãe deu para uma visita, e o pai levou. Nós trouxemos uma criança de Paragominas, que o pai também tinha roubado. A mãe ficou, assim, 1 ano sem ver a criança. Nós conseguimos tanta coisa. Um casal nos procurou, eles tinham um irmão desaparecido há 40 anos, e nós conseguimos encontrar a família que ele deixou: fazia 2 anos que ele tinha morrido. Encontramos a família. Não encontraram ele vivo, mas 2 anos antes ele estava vivo ainda.

Então, a gente faz um trabalho, assim, de conscientização, que eu acho que é fundamental. Nós temos, por ano, uma semana de prevenção, que a gente faz em uma avenida em Curitiba, uma avenida bem conhecida, a Avenida João Pessoa. E trabalhamos juntos com as autoridades. O nosso trabalho no Movimento é só divulgação — a divulgação e ajudar os pais. Nós não fazemos busca, investigação. Isso, nós passamos para a polícia sempre. Esse trabalho é com a polícia. Agora, também dentro da polícia, há casos e casos. Há pessoas que são dedicadas, há pessoas que não são — isso é em toda classe, não é só na polícia, em toda classe têm. Nós tivemos pessoas muito dedicadas. Uma vez, um delegado me questionou, ele olhou para mim e disse assim: “*Para trabalhar com criança desaparecida precisa ser pai?*” Eu disse: “*Precisa. Quem não é pai não sabe o valor de um filho. Só quem é pai sabe o valor de um filho.*” Ele ficou meio assim porque ele não era pai ainda.



Mas é verdade. Eu digo de cadeira: enquanto eu não era mãe, eu sentia quando acontecia uma coisa com uma criança, mas, depois que eu fui mãe, é diferente — principalmente a mulher. Eu digo que filho é coisa de mãe. A mãe carrega 9 meses no ventre sem saber se ele é perfeito, se vai ser um marginal, se vai ser o quê. Mas a mãe ama desde o primeiro dia em que ela sabe que está grávida. Filho é a coisa mais preciosa que a gente pode ter. De mim tiraram meu único filho. Eu só tive o Guilherme. Mas não sei de onde tirei forças para estar aqui, ainda hoje, 18 anos depois, falando sobre o meu filho. Não é fácil. Não é fácil. A luta é muito árdua. E saber que de repente você não descobre nada.

Eu fico tão indignada com certas coisas que acontecem. Eu vi na televisão, aqui de Brasília, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, procurando informações, pedindo que denuncie sobre desaparecidos políticos. Sobre criança desaparecida, eu consegui uma vez. Eu consegui uma vez, aqui em Brasília, que fosse para a televisão: às 4 horas da manhã. Há um Deputado, não sei o nome, no último encontro em que estive, no Rio de Janeiro, um Deputado que tem um projeto para que se divulgue foto de criança desaparecida ao término da programação da televisão. Eu falei para o Benedito: esse projeto não vale nada. Três horas da manhã, o pessoal está dormindo. Quatro horas da manhã, o pessoal está dormindo. Ninguém está vendo. Tem que ser no horário nobre, como com os desaparecidos políticos estão fazendo agora. Estão pedindo: se você sabe alguma coisa, denuncie. Três horas da manhã? Quatro horas da manhã? A grande maioria não está aí. Ninguém nem vai ver, nem saber do que acontece.

Eu fiz alguns projetos. Eu tenho um projeto que hoje é em nível nacional, o Lula sancionou. É o projeto da busca imediata. Eu tinha feito no Paraná. Quando eu fui a um encontro aqui em Brasília, saiu uma carta de Brasília onde foram relacionados vários projetos, sugestão. E o meu projeto foi sancionado. O projeto é o da busca imediata, é o 11.259, da Presidência da República. A busca imediata é fundamental. Isso é fundamental. A questão de palestras em escolas, isso pode ser feito. Tem que ser uma coisa governamental, obrigatória. Eu tenho o projeto da carteira de identidade. Agora, há pouco tempo, está-se dando tanto valor à carteira de identidade. Certidão de nascimento, eu tenho um projeto também, que eu fiz anos atrás. Agora, está-se dando importância. Eu fiz um projeto no sentido de que



seja obrigatório, quando a criança tem alta na maternidade, a mãe tem alta, obrigatório apresentar a certidão de nascimento do bebê, para evitar o roubo da criança.

Nós tivemos um caso no Paraná, uns 4 anos atrás. Uma mulher saiu com o bebê, numa portaria. Ela foi tentar sair, não conseguiu, o guarda não deixou. Ela foi na outra portaria e saiu com o bebê, 11 horas da noite. É possível isso? Qual é a mãe que ganha bebê e sai 11 horas da noite de uma maternidade? Não existe isso, gente, não existe!

Eu fiz um projeto nesse sentido: que seja obrigatória a apresentação da certidão de nascimento do bebê quando a mãe tiver alta da maternidade. E a carteira de identidade, quando a criança entrar na escola, para ter suas impressões digitais registradas. Muita gente dá muita importância a isso, mas tem gente que não dá. Eu fiz o projeto da certidão de nascimento, porque nessa minha caminhada eu encontrei pessoas com 60 anos que não têm certidão de nascimento. Então, ela não existe. Então, ela não é ninguém. Uma pessoa me perguntou uma vez: *“Mas para ser cidadão precisa ter a certidão de nascimento?”* É claro que precisa ter um documento que comprove quem ela é: seu nome, sua filiação, onde nasceu. Deve ter alguma coisa. Se ela não tem nada, ela não é ninguém.

Eu fiz projetos simples, mas que eu acho que são de grande valia. Essa busca imediata, não adianta insistir. Há delegacia que vai a 48 horas; há outra, 24. O Governo tem que... Eu fiz a minha parte. Eu tentei divulgar o projeto, mas é curto o nosso alcance. A gente tenta de todas as formas: Internet, tudo, mas os órgãos governamentais, que são os que deveriam passar para todas as delegacias, para, quando o escrivão atender ali, saber, não. Há gente que até hoje diz que são 24 horas, 48, e, pasmem, até 72 horas já falaram. É uma pena, porque há pessoas ignorantes que, quando têm os filhos roubados, vão lá e querem registrar que o filho desapareceu. Dizem 48 horas, e ficam esperando 48 horas para ir lá. A busca tem que ser imediata, a partir da hora em que a criança desaparece. Não pode esperar, tem que ser assim.

Eu acho que uma coisa falta também, porque é uma desinformação total: o número de desaparecidos no Brasil — não se tem. Não se tem o número de desaparecidos. Eu não sei se é por vaidade que um órgão não passa para o outro o



que tem. Eu não entendo isso. Mas isso tem que ser uma coisa clara, objetiva, para que todo mundo saiba quantos são, quantos voltaram. Outro problema, também: às vezes, a criança foge, realmente, e volta, e os pais nem vão lá retirar a queixa que deram, de desaparecido — também há esse problema. Mas, se houver uma polícia ativa, em cima, que acompanhe o caso, vai lá na casa dela saber — *“como é, teu filho voltou? Soube alguma coisa?”* — é diferente. Aquela pessoa mais do interior, que não tem meios, como a gente tem, de procurar uma delegacia... A imprensa me procurou muito, eu divulguei muito. Meu filho, eu divulguei pelo Brasil inteiro — e fora do Brasil também. Mandeí cartazes dele por tudo. Nem a bicicleta do meu filho foi encontrada até hoje. Nem a bicicleta dele. Sumiu. Não deixou um chinelinho, não deixou nada, nada. Nada que pudesse dizer: “o Guilherme foi para cá”, ou “o Guilherme foi para lá. Foi de manhã. Minha mãe conversou com ele às 11h da manhã, em frente de casa. Ele estava com a bicicletinha. Ele parou, segurou na grade. A mãe lembrou que estava na hora de ele vir para se arrumar, para ir para a escola e que um amiguinho dele tinha procurado por ele. Ele disse: *“Vó, eu vou dar mais uma voltinha e já venho”*. Nunca mais. Nunca mais se encontrou. Nada, nada, nada que nos levasse ao paradeiro dele. Nessa hora, viatura da polícia, que veio me levar a lugares, sem o chão — da viatura. Eu tive que ficar com a perna aberta, assim, vendo o chão embaixo. O policial sentado dentro do carro e: *“Você vai lá olhar onde alguém disse que poderia estar, lá”*.

Então, é complicado, gente. É muito complicado. É difícil para todo mundo. Eu sei que é difícil vocês criarem leis e fazerem cumprir. Não é fácil fazer cumprir. Eu sei, porque eu fui Deputada. Você briga. O nosso Secretário de Segurança diz que a busca é imediata, e não é imediata, não é feita, apesar da lei. Não é feita imediata. Eu tenho prova, porque eu tenho contato com os pais, eu tenho contato com as mães cujos filhos desaparecem. A busca não é feita imediatamente. E eles dizem que é. Eles dizem que é imediata. Alguns acham que eu sou um pouco agressiva, mas é muito fácil dizer que é agressiva quando se tem um filho desaparecido, o único filho.

Então, eu briguei, eu lutei, eu fiz a minha parte. Não fui reeleita, não fiquei com mágoa nenhuma, porque eu sempre disse: *“se eu tiver que comprar um voto para me reeleger, eu perco a eleição”*. E eu perdi a eleição. Perdi, de cabeça erguida



e com a consciência do dever cumprido. Eu acho que eu fiz leis que realmente ajudam muito nessa questão.

A conscientização das crianças, eu acho tão importante isso. Nas primeiras vezes em que a gente fez palestra para criança, criança menor, a gente ensinava: “*Não aceite doce de estranho*”. E, no final da palestra, nós dávamos um pirulito, um coraçõzinho para a criança. Houve criança que não quis pegar, porque nós ensinamos que não era para pegar. Nós fizemos um teatro sobre essa questão também, um teatro com a questão do desaparecimento de criança, abordando essas questões: para não acompanhar um estranho; quando for para a escola, procurar ir junto com o amiguinho ou os pais levarem; para não ir pegar carona de um estranho, mesmo de um conhecido — mesmo de um conhecido; ficar sempre alerta. E a criança assimila muito bem, a criança pequena assimila muito bem.

Nós temos provas, no Paraná realmente diminuiu, mas assim, a olhos vistos, o desaparecimento de criança. Realmente ele diminuiu muito. Tem desaparecido bebê que roubaram da maternidade. O último que eu soube, uma menininha que sumiu também no interior do Paraná de 2 aninhos, também não acharam. É um caso recente esse nosso, mas muito pouco. Diminuiu muito, muito, muito.

Em 92 foi o ano que mais desapareceu criança. Londrina, Maringá, nessa região. A menininha que desapareceu dentro do parque de exposições: os pais trabalhavam com pastel, e a menininha estava brincando no parquinho. Sumiu de dentro do parque. Nunca mais foi encontrada. Todos são casos assim, parecidos. O outro saiu de casa para ir a igreja, não chegou na igreja, sumiu. Nós temos um caso no Paraná, é o caso Regiane. Logo que apareceu esse programa *Linha Direta*, anos atrás, em 91, nós tínhamos 2 casos antigos no Paraná, Regiane e o Everton de Lima Gonçalves. E o Paraná ia ser beneficiado com um caso. Foram a sorteio esses 2 casos: foi o caso Regiane. Sortearam e foi para a televisão o caso Regiane, pela *Globo*, e descobriu-se a Regiane. A Regiane sumiu com o irmão adotivo dela, o irmãozinho menor. Ela tinha 4 anos, o irmão tinha 3. Eles foram na casa de uma irmã dela, casada, buscar um chinelo para a mãe. Foram e não voltaram. No dia seguinte, a polícia estava atrás, estava atrás e nada, e nada. Encontraram o menino morto numa poça d’água. Depois, a Regiane contou que ele chorava muito, e o rapaz que o levou afogou ele na poça d’água. Eles ficaram a 200 metros da casa



deles, dormindo embaixo de um viaduto, e a polícia não achou. O rapaz que levou foi de carona, foi andando, chegou em São Paulo com a Regiane. E lá, ele foi num bar fazer um lanche e se meteu numa briga. A polícia bateu, levou a Regiane para a FEBEM, e ele foi preso. Depois, soltaram ele, ele tentou por 2 vezes, com um registro falso, tirar a Regiane da FEBEM, não conseguiu. Um casal foi lá, de Tiradentes, uma cidade de São Paulo, e adotou a Regiane. Eles tinham mais 2 crianças adotadas e adotaram a Regiane. Quando passou no *Linha Direta*, as meninas estavam vendo o programa, e as irmãs dela disseram: “*Olha, Nane, você lá*”. Não, ela foi adotada com outro nome, não era Regiane — agora não me lembro o outro nome. O nome dele era Regiane, mas ela foi adotada com outro nome. E as irmãs: “*Olha lá você lá na televisão*”. Aí chamaram a mãe delas — e era ela. Aí ligaram para a *Globo* e tal. A mãe... Levou um ano para que a menina decidisse ficar com a mãe, porque a de São Paulo não queria de jeito nenhum deixar a menina. Aí a mãe pegou de volta e hoje está com ela. Mas custou, custou. Foi um trabalho complicado. A Justiça permitia que a mãe biológica visitasse a filha uma vez por mês. Vejam que drama para a mãe. A mãe adotiva tinha mais direito do que a mãe biológica. Assim que se descobriu Regiane.

Nós não temos grandes casos de descoberta de criança desaparecida. Realmente, eu entendo, é complicado. Passado tanto tempo, como os nossos, é muito complicado. Mas, se for caso atual, que a polícia se empenhe, descubra uma pista. Hoje, nós temos esse serviço de investigação de criança desaparecida, que ele é muito importante para nós, muito importante. Em São Paulo, há um — já há bem mais tempo do que o nosso —, mas ele é misturado junto com a DHPP, a delegacia de homicídios também. Então, é bem complicado.

Mas é isso, gente. Eu parto do princípio da questão de palestra em escola. Vocês, cada um é de um Estado, procurem implantar isso, procurem implantar um centro, uma ONG que trabalhe com isso, ou, junto à polícia, criem uma organização, criem um órgão dedicado a essa questão. Não misturem com homicídio, com outra questão, com droga, com nada. Tem que ser a questão do desaparecido mesmo — tem que ser.

Falam que no Paraná a gente é muito conhecido por essa questão, que a gente é muito organizado nessa questão do desaparecimento. Organizado acho que



a gente é até, mas. eu acho que a gente procurou não deixar cair no esquecimento, porque isso é fundamental para que as pessoas que estão fazendo saberem que a gente está atenta, que todo mundo está atento.

Eu encontro mães que dizem: *“Olha, eu hoje realmente cuido muito mais do meu filho do que eu cuidava antes, graças a você. Porque você alertou, você falou, teu filho sumiu, não encontrou mais; eu hoje cuido muito mais do meu filho do que eu cuidava”*. Tem mães que me falam isso. Ela dizem: *“Eu me conscientizei através do teu trabalho mesmo”*. Porque toda oportunidade que eu tenho eu bato nisso. A mãe tem que estar atenta.

O meu caso foi uma fatalidade, porque eu não entrava num mercado se o meu filho não queria entrar junto. Eu deixava de fazer a compra para não deixar o meu filho no carro sozinho. Eu ia a um *shopping*, eu estava atenta com o Guilherme. Onde eu fosse, eu estava atenta com o Guilherme. Foi aquela manhã... E eu digo, do fundo do meu coração, meu filho foi preparado para levar. Alguém conversou meu filho. Meu filho disse, 15 dias antes — nós estávamos construindo uma outra casa —, meu filho falou assim para mim: *“Mãe, eu queria mudar de casa”*. Eu disse: *“Nossa, filho, nossa casa é tão bonita, tão boa”*. *“Ah, mas eu queria mudar”*. Hoje eu digo que alguém trabalhou ele para uma outra casa. E 2 dias antes de ele desaparecer ele disse para mim que queria mudar de nome. *“Mas, filho, teu nome é tão bonito”*. *“Eu queria mudar, mãe”*, ele falou para mim. Eu também não... Sabe, não trabalhei aquilo, jamais imaginei. Hoje eu digo que alguém estava falando com ele.

No sábado... não, no domingo. Sábado eu fui a uma festa caipira no colégio dele, e no domingo... Tinha uma pista de patinação lá em Curitiba e eu levei ele para patinar. Não sabiam patinar, mas queriam ir, queriam ir, e eu levei 3 meninos ali da minha quadra. E quando voltamos, os outros meninos da quadra estavam batendo uma bola e convidaram ele para bater bola, o meu filho. Ele não quis ir. Ele tinha ganho uns 15 dias antes um gato; ele estava muito ligado ao gato, ele não queria que os meninos fossem lá em casa para ele não ter que dividir o gato com os meninos. Aí ele entrou, ficou sentadinho no sofá, brincando com o gato. Mas eu vi ele assim, sabe, meio pensativo. Eu olhei para ele, disse: *“Filho, você está com medo de alguma coisa? Por que você não quis brincar com os meninos?”* *“Ah, mãe,*



eu quero ficar brincando com o gatinho". Então, eu entendi que ele queria ficar com o gatinho. Hoje eu digo que não. Tinha alguma coisa por trás que eu não consegui identificar. Alguma coisa existia. Alguma coisa existia. Alguém estava trabalhando o Guilherme. Eu não sei.

E, parece loucura da minha cabeça — tem pessoas que dizem que é —, mas eu tenho esperança de encontrá-lo, sim. Se não vivo, eu quero o corpo do meu filho, eu quero a ossada do meu filho. Eu quero ter o direito de enterrá-lo, eu quero saber o que aconteceu, é um direito que eu tenho. Qualquer pai e mãe tem. Eu quero ter esse direito. Mas eu, no fundo do meu coração, eu digo que vou encontrá-lo. Vivo. Não sei o quê. Não me pergunte por que, eu não sei responder. Mas no fundo eu tenho isso comigo, que eu vou encontrá-lo. Sabe, era uma criança muito comunicativa, por isso talvez que ele foi levado também. Todo mundo que ele conhecia, dizia, *"Olha, mãe, meu amigo"*.. Eu dizia: *"Filho, amigo a gente tem que fazer uma amizade, tem que conhecer para daí dizer que é amigo. Não é assim"*. *"Ah, mas ele é meu amigo, mãe"*, ele dizia. Ele era muito querido. Oito anos e meio; inocente pela própria idade. Não posso pôr na cabeça de uma criança: *"Cuide, que vão te roubar, que podem te matar ou podem não sei lá o quê"*. Eu só falava para ele quando eu via alguma coisa na televisão de sequestro de criança, eu dizia: *"Filho, cuide que roubam criança, filho"*. Ele olhava para mim com o olhinho comprido assim, mas... Sabe, você também não pode criar uma criança imaginando que amanhã vão pegá-lo, vão matá-lo, vão estuprá-lo, sei lá.

Mas é isso gente. Eu acho que vocês.... Eu, a primeira vez que me candidatei me candidatei a Deputada Federal. Em 1998. Eu não consegui me eleger. Eu fiz 30 mil votos no Paraná, na ocasião. Mas foi assim muito voto para quem... uma ilustre desconhecida na época e tal. Mas depois eu tentei Vereadora, depois Deputada Estadual e consegui me eleger.

Eu, eu acho que eu cumpri a minha parte. Eu fiz minha parte como mãe. Sabe, há pessoas que dizem que eu usei do meu filho para entrar na política. Eu não tenho nenhuma vergonha de dizer para vocês que eu entrei na política por causa do meu filho, sim, porque nenhum de vocês ia entrar na política para defender o meu filho, nenhum de vocês ia batalhar pelo meu filho. Tem que ser um pai, tem que ser uma mãe que leve essa luta para frente. Alguém, depois que você cria tudo



isso, pode encampar essa idéia, mas inicialmente tem que ser um pai e uma mãe. Criar uma ONG como a gente criou e ir a luta como a gente foi tem que ser um pai e uma mãe. Não pense que o Governo vai atrás de você e diz: "Ah! Você tem um filho desaparecido. Nós vamos fazer o cartaz. Está aqui o cartaz. Está aqui o dinheiro para você pôr isso no Correio". Não, você tem que ir, você tem que pedir, você tem que bater nas portas para conseguir. Você tem que lutar, você tem que batalhar. Eu batalhei. Não sei como eu tenho forças até hoje. Continuo. O meu trabalho hoje diminuiu bastante, porque nós não temos, graças a Deus, casos de desaparecimento. Nós temos tido muito pouco.

Então, o que for possível, o que eu puder ajudar... Se vocês têm alguma pergunta a mais que eu possa contribuir.

Mas eu acho que têm questões fundamentais que vocês podem levar para o Estado de vocês: a questão da palestra. Sabe, a questão de um *folder*. Vou deixar com vocês este *folder*. Eu acho que é muito bom.

Aqui eu trouxe um modelinho da Semana de Prevenção que a gente faz, trouxe uns cartazes também.

Esta aqui é a última foto do meu... (*mostra foto.*) Aliás a penúltima. A última ele está a cavalo, mas essa é a foto mais divulgada dele, que foi de dezembro de 90. Ele desapareceu em 91. E quero me colocar à disposição. Se eu puder ajudar em alguma coisa a mais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dra. Arlete, nós agradecemos muito a sua presença.

E vou passar, então, aos Deputados para que eles possam questionar, fazer alguma pergunta sobre o tema.

Passo a palavra antes à Deputada Andreia Zito, a Relatora desta CPI.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Obrigada, Presidente.

Eu quero aqui, mais uma vez, cumprimentar todos com uma boa tarde, as Deputadas e os Deputados, os senhores e as senhoras.

Quero agradecer a presença à Dra. Arlete, que hoje se encontra aqui na nossa CPI e trouxe um pouco da sua experiência. E pelo que eu pude ouvir... Também já havia lido um pouco da história da senhora em relação à questão do Guilherme. E é como a senhora mesmo expôs aqui, começou um movimento a partir



da sua dor, a partir da sua luta, a partir do que a senhora sofreu e vem sofrendo até hoje. E com isso, com toda certeza, tem tido um contato com outras mães, com outros responsáveis, outras pessoas que passam pela mesma situação que a senhora está passando.

Eu queria saber quais são as maiores reclamações que a senhora tem ouvido hoje. No caso, pelo que a senhora pode avaliar no movimento que é feito e pelo seu contato com o SICRIDE, acredito que também com o CONANDA, eu não sei, mas, pela sua avaliação, quais são os maiores motivos pelos quais essas crianças desaparecem hoje? É o problema na família, é o problema de tráfico de órgão, é o problema de tráfico de drogas?

Por que eu faço essa pergunta? Eu sempre olho muito a questão dos Estados e a impressão que eu tenho, para mim, a questão dos maus-tratos, para mim, é como se ela fosse unânime. Mas em alguns locais, em alguns Estados, me parece que alguns é mais o tráfico de drogas, outros é mais o tráfico de órgãos. Então eu queria saber o que a senhora pensa disso. Como é que acontece?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Olha, o trafico de órgãos já me falaram muito. Eu não acredito. Porque no Paraná, você pode ver no cartaz, no Paraná desapareceu criança em Londrina, Maringá, Curitiba, Castro... Quer ver? Curitiba, Maringá, Iporã, Foz do Iguaçu. São cidades bem distantes uma da outra. Por que tráfico de órgãos, eles iam viajar tanto para levar a criança se na rua dormem 20, 30 crianças lá numa praça? Pára uma Kombi e leva 10 de uma vez só. E eu reputo que essas crianças que estão na praça são mais saudáveis do que a minha que está em casa, porque estão acostumada com o tempo ruim, com o tempo bom, passam fome. Eles são muito mais saudáveis do que o filho da gente que toma uma chavinha e já está com dor de garganta. Esses da rua, não.

Por que levar crianças de várias cidades, tão distantes uma da outra, se numa pegada eles pegam 10 crianças, são 10 órgãos de cada um, há vários órgãos em cada um, entende? O tráfico de órgãos... Pode ser que exista um caso ou outro, não vou dizer que não, também não sou tão... Mas não acredito. Na periferia, vocês podem ver, Curitiba, Rio, São Paulo, quanta criança tem na rua, fácil de levar, fácil de você conversar. Criança que não tem o que comer em casa.



Eu morava num bairro nobre de Curitiba. Por que pegar o meu filho lá de um bairro nobre? Para tráfico de órgãos? Por que levar a bicicleta para tráfico de órgãos — eu pergunto — para enganar o meu filho? Eu acho tão simples, se é para tráfico de órgãos, pegar o corpo e jogar a bicicleta num campo qualquer.

Teve uma vez uma mulher que me ligou: *"Seu filho foi levado para tráfico de órgãos. Parou um avião ali num campo e levou os órgãos do seu filho"*. Eu disse: *"Escute, você quer me chamar de boba, de idiota, de louca? Vão pegar um corpo, vão levar num campo, vão tirar coração, fígado e tal vão pôr dentro de uma sacola e vão..."*

Outra vez me ligaram também dizendo que em Foz um cara com uma sacola com órgãos. Se com todo aparato que tem para fazer um transplante não dá certo, imagine pegar... Ah! Tenha dó, isso é idiotice.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, mas a minha pergunta foi nesse sentido. Então, pela sua experiência, a senhora tem como avaliar hoje...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não, não tenho.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Qual é a maior...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Droga? Não sei. Eu acredito mais para adoção, eu acredito, particularmente, para adoção fora do País.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - O Paraná, ele é um dos Estados apontados como o melhor...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - ...crianças bonitas.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - ...desempenho também de recuperação dessas crianças, não é isso?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - É. E crianças bonitas, crianças que têm uma mistura muito grande de raças.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E quando se recupera essas crianças, a senhora sabe quais são as reclamações, o que elas alegam?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Desaparecido, desaparecido pouco se recuperou. Se recupera aquele que foge, entende? Aquele que acompanha. Teve um menino que acompanhou um pastor eu acho que até o Rio de Janeiro, até o Rio. Ele sumiu. Acompanhou um pastor. Chegou no Rio de Janeiro esse pastor foi numa construção, estava almoçando todo mundo, o pastor roubou uma pasta de um outro



funcionário lá e sumiu e deixou o menino lá. Ele simplesmente acompanhou o pastor, ele acompanhou. Foi parar no Rio de Janeiro e lá no Rio de Janeiro que ele contou que ele tinha acompanhado esse pastor e quando o pastor sumiu, que tinha sumido a pasta de uma outra pessoa que estava fazendo refeição, que foram descobrir que o menino tinha acompanhado ele. Simplesmente acompanhou.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Quer dizer, saiu de um Estado para o outro.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Para o outro.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E vocês têm o apoio da Polícia lá no...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Temos.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Polícia Civil, Polícia Federal.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Sim, temos, principalmente do SICRIDE, o SICRIDE atua bem e bastante.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO E os Conselhos Tutelares?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - O Conselho Tutelar, na maioria das vezes, acaba passando para você, ele não atua muito nessa questão. Eu virei, assim, uma referência no Paraná. Eu não sei por quê, porque o Conselho Tutelar tem o poder de passar o caso para a polícia e acompanhar. E eles acham que a gente criou uma experiência muito grande, que já leva, já tenta fazer com que o delegado receba, entende? Não fique ali o escrivão não fique naquele lero-lero de 24 horas e tal. Mas eu acho que o Conselho Tutelar, não.

Nós temos, o SICRIDE, como eu falei. É muito atuante, muito atuante mesmo, sabe? Ele trabalha, ele elucida os casos. Ele consegue resolver, sim.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a senhora, no início da sua fala, começou falando sobre a questão da pedofilia. A senhora tem algum caso específico que a senhora possa trazer para gente, alarmante, que houve lá no seu Estado, na sua cidade, caso de pedofilia?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Essa menina, dessas 2 irmãs, a segunda foi estuprada, a segunda foi estuprada.

De pedofilia, no Paraná... Não, não teria nenhum assim. Eu atuo mais nessa parte de mesmo de desaparecido.



Tem o caso de uma menina que desapareceu, a mãe nos procurou e eu encaminhei para o SICRIDE e o SICRIDE não queria atender, porque o SICRIDE só atende até 12 anos, que é dentro do estatuto. Aí eu pedi que... Ela tinha 12 anos e 3 meses, a menina. E o SICRIDE não queria, e eu consegui convencer o delegado que atendesse a mãe, que visse porque, afinal, a mãe estava desesperada e tal. Aí trabalharam no caso e, no segundo dia, encontraram a menina. Ela estava viva, mas ela foi estuprada. Ela foi convidada por uma outra amiguinha para ir na casa de um rapaz ouvir música. E esse rapaz tinha o apelido de Pastor. E telefonaram para a mãe da menina e disseram para ela: "*Procura o Pastor.*" Ela disse: "*Eu não vou procurar pastor nenhum. Agora eu quero achar minha filha.*" "*Não é pastor da igreja, procure um cara que tem o apelido de Pastor.*" A menina estava lá, só que ela tinha sido estuprada. Mas foi encontrada, viva.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Uma das dificuldades que temos tido, Presidenta, é a questão do apoio da mídia, que até mesmo a senhora citou aqui. Qual a outra dificuldade que a senhora poderia apontar?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - A mídia só atua dependendo da proporção que o caso tome.

Eu trabalhava no banco do Estado e eu tinha... Trabalhava na Presidência. Então, a mídia em peso me deu atenção durante uns 3, 4 meses. Hoje raramente me procuram, mas procuram.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E o Governo, apoia?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Agora, dia 19, deve ter um programa, inclusive, na *Record*, muito interessante a respeito de crianças desaparecidas.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - É.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Acho que é dia 19.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a senhora tem apoio do Governo, apoio da sociedade, de empresários? Do seu movimento? Ou é uma coisa...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Financeiramente não. Eu tenho uma verba que não é fixa, das (*ininteligível*) de trânsito. Mas um mês dá, outro mês não dá, entende? Agora, 2 meses, ela não deu nada. Faz 2 meses que ela não dá nada. É assim. Então, eu não posso ter como eu tinha, quando eu fui parlamentar, ter um escritório, ter pessoas que trabalham ouvindo essa questão, entende? Que



acompanha pai e mãe. Hoje é tudo precário o meu trabalho, por causa disso. Eu não tenho, eu não tenho posses para isso e não tenho o apoio do Governo, não. O nosso Governo... Aqui não tem ninguém do Paraná, não é?

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Está bom. Eu não tenho mais perguntas. Só quero parabenizá-la pelo seu trabalho lá no seu Estado, na sua cidade. Com toda certeza essa luta aí não pode parar.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS – Obrigada. Aliás, o nosso Governador disse que, no Paraná, não existe caso insolúvel de desaparecimento, de sequestro, de nada. Nosso Governador, o Roberto Requião, diz isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bem, D. Arlete, eu gostaria de agradecer primeiro a senhora por estar aqui na nossa CPI, colaborando com um trabalho que evidentemente converge com o trabalho que a senhora realiza no Paraná e na sua entidade há muitos anos. Foi uma preocupação desta Casa, como Parlamentar que já foi.

Imagina como foi aprovar esta CPI de iniciativa da Deputada Andreia Zito e que hoje, evidentemente, presidida pela Deputada Bel Mesquita, compõe aí um grupo de Deputados que está interessado em levantar dados e informações sobre essa questão.

Eu confesso que neste pouco tempo de trabalho que estamos realizando na CPI, confesso que há um total e verdadeiro... como eu posso dizer assim... uma... Não há muita preocupação de áreas de Governo em relação a essa questão.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Com certeza.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não sinto isso. Pelo menos no pouco tempo que a gente atua até agora vejo que não há muita preocupação em áreas de governo.

Entendo que a legislação também talvez possa colaborar com isso na direção de viabilizar algumas das necessidades que tem esse movimento, de viabilizar algo que seja importante para dar suporte para esse trabalho.

Nós temos aqui já em andamento na Câmara — e acho que essa CPI vai colaborar muito — o cadastro nacional, que não existe. Nós temos o RENAAM, por



exemplo, que identifica um carro roubado de um Estado para o outro com a maior tranquilidade, e não temos um cadastro nacional de crianças desaparecidas. É um contrassenso no País uma coisa como essa.

Ao mesmo tempo, dados. Nós temos muitas dificuldade em conseguir dados e informações, porque eu acho que não existe. Os governos não se preocupam, portanto não existe um dado mais claro para a gente poder viabilizar um ponto de partida nesse trabalho. Alguns falam em 40 mil crianças e adolescentes desaparecidos por ano, outros falam em 50 mil. E são números que ficam jogados. A gente não tem informações mais precisas para poder trabalhar com elas.

E eu vejo que as informações que nós temos é que o Estado do Paraná tem um trabalho interessante, mais avançado nessa questão, conduzido pelo SICRIDE. O SICRIDE é o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas. É uma ONG ou é um órgão...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não, é um órgão do Governo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É órgão de governo.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - De governo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E quem é que compõe esse órgão no Governo do Paraná?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Delegados de polícia...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Delegados, investigadores. Tem uma estrutura montada.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tem uma estrutura montada?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Tem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - De delegados e investigadores.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Para vocês terem uma idéia, quando foi criado o SICRIDE, eu trabalhava no BANESTADO. Eu que montei o SICRIDE. Eu que consegui no BANESTADO aqueles móveis inservíveis.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quer dizer, tem um local, tem uma estrutura, tem telefone, tem uma estrutura toda para poder trabalhar nessa área.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Tem.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, o Governo do Paraná tem um instrumento de ação nessa área.

Uma pergunta que eu gostaria de fazer para a senhora: qual outro Estado que a senhora tem conhecimento que tenha um trabalho organizado como o do Paraná, ou pelo menos parecido e que tem preocupações nessa direção?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - O senhor diz os órgãos governamentais?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É, áreas de governo. Quais são? A senhora trabalha nessa área.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - São Paulo tem o DHPP, que cuida de desaparecidos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - O DHPP, em São Paulo, que cuida de pessoas desaparecidas, mas é misturado com a Delegacia de Homicídios. É o único que eu sei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A senhora conhece uma parceria que existe do Governo do Estado de São Paulo com a USP, um trabalho...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Ah, o De Volta para Casa?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - De Volta para Casa.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Sim, conheço.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O que a senhora acha desse trabalho? Qual a sua opinião?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Olha, o trabalho que eles fizeram no Paraná... Eles foram lá, reuniram os pais de crianças desaparecidas, tiraram o sangue para DNA. Vai ficar arquivado para, num eventual aparecimento de uma criança, comparar se esse DNA bate.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A senhora acha importante ter um cadastro de DNA também para colaborar nesse caso?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Eu acho. Acho bom. Eu acho esse da USP muito bom.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Outra coisa, D. Arlete, a senhora conhece algum outro Estado... A senhora está dizendo que o Paraná tem e tem



conhecimento de que São Paulo tem. Existe algum outro Estado que a senhora tenha conhecimento que tem algum trabalho de áreas de governo nessa direção?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não, não. Eu sei de ONGs no Rio, ONGs em São Paulo. Só ONGs, mas não órgãos de Governo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quanto a órgãos de governo, é só Paraná e São Paulo que a senhora conhece? Em outros Estados a senhora não tem conhecimento?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não conheço.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E do Governo Federal o que a senhora tem conhecimento? Que tipo de ação o Governo Federal desenvolve em termos de estrutura para dar suporte a esse tipo de movimento?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - O FIA, não?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - O Fundo da Infância e Adolescência. O FIA trabalha com criança desaparecida. É o Luiz Henrique...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E que tipo de trabalho eles realizam? A senhora tem conhecimento?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Na busca e na divulgação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E que estrutura tem o FIA, a senhora sabe?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Eu nunca estive no FIA, mas tem uma estrutura grande.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A senhora tem conhecimento se eles têm informações sobre esse número de desaparecimentos que tem no Estado e no País?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não, é um desencontro geral isso. Você pergunta para um, é tanto; para outro... Ninguém sabe dizer. De Estado para Estado, ninguém sabe dizer. E não tem um número. Tem aquele órgão da Secretaria dos Direitos Humanos...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Órgão federal. Nós tivemos aqui um depoimento já do órgão federal.



A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - É o Benedito que está hoje lá. O Benedito tem também um trabalho, mas também não tem um dado concreto do número.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O que quer dizer FIA?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Fundo da Infância e Adolescência, no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É um órgão federal?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - É um órgão federal.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E eles fazem esse trabalho de busca?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Fazem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, a senhora acha que o cadastro de DNA seria importante também ter, não é?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - O cadastro do DNA, o cadastro único é muito importante.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual sugestão a senhora faria a um órgão federal para atuar nessa direção de fortalecer um movimento de busca de crianças e adolescentes? Quais seriam as sugestões que a senhora teria aqui para a nossa CPI em termos ou de legislação ou de estrutura para poder viabilizar esse trabalho?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Obrigatoriamente, toda escola, de primeira a quarta, palestras que estivessem no currículo escolar... É muito importante isso. Tudo o que você fizer nessa faixa etária a criança assimila muito bem. Tudo o que você fizer ela assimila. Ela leva para casa, ela conta para o amiguinho, ela conta para o pai, conta para a mãe, ela assimila muito bem.

Uma coisa que eu vi que foi muito importante é a questão de um teatro dedicado à questão. A criança interage, entende? A criança grava. Ela está numa fase em que ela grava tudo o que acontece. É muito importante. Que isso fosse obrigatório no currículo escolar: uma vez por mês, um teatro, palestra. A cada ano estão mudando essas crianças de faixa etária e de turma, entende? Então, que sempre estejam batendo na mesma tecla.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ou seja, uma campanha de conscientização através de ações, de panfletos, de teatros dentro da escola pública.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Maciça, mas não uma campanha que comece hoje e termine o ano que vem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permanente.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Permanente. Tem que bater na coisa sempre, sempre, e unir pais, com reunião de pais e mestres, bater em cima também. Acho que é fundamental.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Além de campanha permanente, o que mais a senhora sugeriria?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Olha, acho tão... Bato muito nessa campanha de palestra, de orientar criança. Acho que isso é fundamental, é primordial.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Em um órgão que centralizasse...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Em um órgão que centralizasse, claro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... no Governo Federal

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Um órgão centralizador.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... e que tivesse capilaridade nos Estados e nos Municípios.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Eu já estive numa reunião ontem. Eu falei com a Deputada...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A senhora nunca soube, nesses anos todos — a senhora passou dificuldade com seu filho, essa dor toda que a senhora sentiu, a senhora conversou com tanta gente —, a senhora nunca sentiu essa preocupação de governo em criar essa centralização capilarizada pelo País?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Senti. Não sei se foi em Cuiabá ou se foi aqui. Estou confusa se foi em Cuiabá ou se foi aqui em Brasília. Teve um encontro de desaparecidos. Quando o Ministro da Justiça esteve, ficou acertado que cada Estado da Federação receberia 100 mil reais, porque nós fomos convidados, nós, do Paraná, o SICRIDE e eu — eu, como mãe, e o SICRIDE, como um órgão governamental —, para explicar como funciona essa questão de busca. E foi



determinado que cada Estado da Federação iria receber 100 mil reais para criar o seu órgão. Mas não foi criado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quando foi isso?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não me lembro da data também. Eu não me lembro. Sei que foi em Cuiabá ou aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS VANDERLEI MACRIS - O Ministro da Justiça?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Aquele que tem uma manchinha aqui, o Maurício Correia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Maurício Correia? A senhora não lembra em que ano que foi isso?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não. Acho que foi Cuiabá, sim. E foi acertado isso. Agora, não existe no Brasil e não sei por quê. Foi destinada uma verba para criar. Até nós fomos como SICRIDE, como CRIDESPAN, eu, e não necessariamente que fosse SICRIDE, mas que fosse dedicado à criança desaparecida. Na época foi feito assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mais alguma coisa, Deputado?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Deputada Bel, eu só queria reafirmar, para terminar, agradecendo a D. Arlete, que a Deputada Andreia fez uma pergunta. Quais seriam... qual o motivo principal do desaparecimento de crianças? A senhora não tem, pelas suas andanças todas, não conseguiu captar qual é? Desagregação familiar...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não. As crianças, não. As crianças que eu tenho parece que foram sugadas. Não tem um indício de nada, nada. O meu filho parece que foi sugado. E outras crianças que tem ali... Agora, essa questão da criação de um órgão governamental tem que ter os pais por trás. Os pais têm que cobrar. Se deixar na mão do Governo, não sai.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Fico agradecido.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Pela ordem, Presidente. Somente fazendo aqui uma correção, a Dra. Arlete colocou aqui a questão do FIA como um órgão federal, e, na verdade, o FIA é um órgão estadual, é do Rio de Janeiro.



A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Ah é?

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - É.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Eu achei que era federal. O FIA é bastante atuante nesta questão, muito atuante.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Exato, mas é do Estado do Rio de Janeiro mesmo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bom, então, na verdade, o que a senhora tem conhecimento...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Do FIA?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... constatando isso que ela falou, são 3 Estados, então, que a senhora conhece que tem esse tipo de programa?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - É.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem, obrigado.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Depois existem várias ONGs, cada mãe criou uma. São Paulo tem 2 atuantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Passo a palavra à Deputada Sandra Rosado.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Boa tarde a todos e todas que participam desta audiência.

Quero dizer, Arlete, que vou até tratá-la assim, porque a sua história se identifica muito com a minha. Eu perdi um filho. Ele tinha 24 anos, era Vereador, atuante, brilhante. Mas hoje vejo... há 8 anos que eu choro todo dia. Eu saio com ele pendurado aqui no meu pescoço sempre: uma fotozinha que o amigo dele me deu no dia que fazia 7 dias da morte dele. Mas, hoje, depois de ouvir a sua história, considero-me feliz.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Você viu.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Sabe por quê? Porque eu tive coragem de ir ao cemitério e enterrar o corpo de meu belo Vingt Rosado Neto. Então, você falando, e eu agradecendo a Deus porque Ele me deu essa oportunidade. Eu sei como ele morreu. Eu sei onde os restos mortais dele se encontram. E sei também, e talvez você viva essa agonia muito mais do que eu...



(Choro.) Desculpe. Passei muito tempo procurando na multidão o meu filho. Acho que é essa a sensação que você tem.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Toda criança, toda pessoa que você vê, você...

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - É. Uma vez, num Carnaval — meu filho gostava muito de brincar Carnaval, e Carnaval fora de época —, um fotógrafo fotografou a multidão. Ele identificou uma pessoa exatamente igual a Vingt e foi me levar aquela foto. Depois, andei em busca desse rapaz. E eu passei a olhar muito para esse rapaz e explicar também a ele porque eu olhava, porque ele realmente parecia muito com o meu filho. Hoje, já sofro muito porque encontro muitas pessoas parecidas com o meu filho, mas nenhuma é ele. E você, pode ser que algum dia — se Deus quiser vai acontecer — você ainda encontre o seu filho. Eu vou encontrar na outra vida. Vou encontrar lá, sim, se Deus quiser.

Então, quero lhe dizer que acho mesmo que essa coragem que você tem se identifica também muito com a minha. Sempre fui apaixonada por política, porque minha família toda tem uma tradição política muito grande. Quando você diz que muitas pessoas disseram que você estava usando seu filho para fazer política, eu entendi perfeitamente, porque a política, para mim, é uma forma de preencher o vazio do meu filho, da ausência de meu filho. E tenho outros 3 filhos, tenho 6 netos — tenho uma filhinha dele — e entendo perfeitamente isso. Agora, você abraçar essa bandeira é uma coisa extremamente importante, porque, pela experiência que você tem, você pode ajudar muitas famílias a localizarem as crianças. Eu fui o contrário. Organizei uma instituição, que a gente até colocou o nome de Viva a Vida. Eram filhos e pais que tinham perdido filhos. Só quem pode fazer isso realmente é o pai e mãe que perderam o filho, porque ninguém mais sabe a intensidade da dor, da saudade que nós temos.

Acho extremamente interessante esse seu trabalho, até porque há uma falha muito grande nas nossas 3 esferas de poder, tanto nos municípios como nos Estados, como também no Estado Brasileiro, no Governo Federal, de se organizar para buscar identificar essas crianças. Nós temos talvez... hoje se diz que temos 8 mil crianças desaparecidas no Brasil. Será? Será que são crianças desaparecidas,



ou são crianças sugadas, como você diz? A sensação que acho que toda mãe que tem um filho roubado, raptado é essa.

Existem muitas crianças na rua e crianças de rua. Nós não sabemos exatamente como é essa estatística, se são crianças que estão na rua eventualmente voltando para as suas casas, se são crianças de rua que não têm para onde voltar, até porque nós sabemos que, pelos problemas sociais que as famílias de baixa renda atravessam, muitas vezes eles nem se preocupam, porque acham que um dia eles voltam. E eles vão lá buscar o sustento.

As perguntas que eu tinha colocado aqui eu acho que os 2 Parlamentares que me antecederam... A Deputada Andreia também fez algumas delas. Mas eu queria saber se, na primeira hora, você teve apoio para buscar o seu filho ou não?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Tive.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Somente...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Tive, porque eu trabalhava no BANESTADO, como eu falei para vocês, um órgão ligado direto ao Governo. Eles colocaram toda a estrutura da Polícia.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Não teve nada que...

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Nada que levasse ao paradeiro dele, nada, nada. Quer dizer, onze e vinte, mais ou menos, foi a hora que a gente deduz que ele desapareceu. Uma hora da tarde já tinha a Polícia no meu bairro procurando por ele. Não foi imediato. A vizinhança, na hora, já saiu também na busca pelo bairro, mas a Polícia foi. A Polícia fez um rastreamento. Eu moro perto de um rio, um bosque. Fez um rastreamento e procurou. Nada, nada, nada.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Isso reforça a tese de que poderia estar sendo trabalhado?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Sim, com certeza. Eu tenho essa convicção hoje.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Outra coisa que eu queria saber: você acha que hoje não evoluiu essa questão da busca? Não houve... São 18 anos. É uma vida, é uma vida que eu imagino como é que você leva. Eu acho que todo dia, quando você se deita, você espera que no outro dia ele bata a porta e entre.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Com certeza.



A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Então, você acha que evoluiu alguma coisa no nosso País com relação a essa questão?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - No País? Não, não.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Você não buscou, por exemplo, algum órgão que tivesse a integração com órgãos internacionais para buscar?

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Não. Com aquela organização de Bruxelas eu tive contato, fizemos troca de experiências, entende? Lá tem pais que criaram uma ONG semelhante à minha, toda ela bancada pelo governo. Eles têm um programa de televisão dedicado à busca de crianças desaparecidas, porque eles tiveram 2 crianças, de famílias diferentes, que foram sequestradas. Seis meses depois, descobriram que elas ficaram numa sala-cofre, mantidas por um pedófilo. As meninas morreram de inanição. Duas meninas morreram de inanição. Eles souberam que tinham sido denunciados. Prenderam eles. E eles abandonaram as meninas nessa sala-cofre.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Bom, eu acho que as outras perguntas aqui que eu ia fazer já foram feitas. Mas eu acredito que falta realmente apoio.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Falta apoio governamental. Hoje, no Paraná, criamos esse serviço de investigação, mas nos outros Estados não existe.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Veja bem, até porque nós não podemos pensar que um órgão seja constituído apenas porque desapareceu uma criança, desapareceram 10 crianças ou 100 crianças. Eu acho que isso é um trabalho também de prevenção.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Sim.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Então, eu queria, terminando aqui, parabenizar o seu trabalho, lamentar por sua dor, que eu sei que ela dilacera o coração, a vida. A gente tem que estar todo tempo buscando. Muitas pessoas dizem que eu tenho muita disposição. Eu não tenho disposição. É porque eu só quero chegar em casa para arriar e dormir, porque realmente, se a gente parar, ninguém tem o controle disso. Parabenizar porque você está tendo essa coragem de apoiar outras famílias. E, como você fala aqui, nós estamos na morada das provações. Mas, se Deus quiser, nós vamos até, se não nos encontrarmos... Eu acredito que



essa sua luta possa estabelecer a consciência nas pessoas, nos governantes para que se crie, porque isso não é trabalho só do Governo Federal.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Sim, é de todos os Governos.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Na minha ótica, tem que começar exatamente como você falou: na primeira idade, na primeira escola, na segunda escola, na terceira, até a última escola que uma pessoa possa frequentar. Eu acho que tem que ter esse trabalho em nível municipal, estadual e federal.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Em toda esfera.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Parabéns! E que Deus alivie a sua dor.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Vou passar a palavra ao Deputado Domingos Dutra, pedindo que sejamos um pouquinho mais breves, porque temos que ir para o plenário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Presidenta, serei brevíssimo. Primeiro, eu lamento, em razão da multiplicidade de atividades que temos na Câmara e também da minha condição de suplente desta Comissão, não ter tido oportunidade de acompanhar todo o depoimento da Sra. Arlete. O pouco a que assisti me convenceu da gravidade, da importância, sobretudo pela forma bem emotiva com que ela relata essa situação, que não é só a situação pessoal dela, mas a situação de milhares de mães.

Quero registrar a importância deste Parlamento, uma vez que somente nós podemos abrir o debate, tornar públicos os mais diversos dramas que a sociedade brasileira vive e que, infelizmente, são consumidos nessa sociedade cada vez mais urbana, midiática, na qual os fatos mais novos vão sepultando os mais velhos e situações gravíssimas acabam ficando para trás. Acho que o Parlamento tem esse privilégio, esse poder de revelar, tornar públicas, trazer para o debate situações as mais variadas e as mais graves.

Quero parabenizar esta CPI, que, lamentavelmente, apesar de bem conduzida, de fazer um trabalho tão sério, tão responsável, não tem a visibilidade que a situação merece, porque, independentemente do que cada um pode almejar na sua atuação parlamentar, hoje é fundamental dar visibilidade a questões como



essa. E esta CPI está sendo conduzida com a maior dificuldade, quase no anonimato.

Portanto, acho que nós temos que fazer um esforço maior, talvez visitar os Estados, nos deslocar para os Estados em busca de casos que possam dar maior visibilidade à CPI, para que possamos colocar esse tema na agenda das autoridades do País. Dentro do possível, vou dar a minha contribuição.

Quero parabenizar a Sra. Arlete pela luta, pela persistência, pela forma com que se manifesta, embora sendo um drama extremamente pessoal, bastante grave. Dentro do possível, estarei aqui com a senhora, com a Relatora e os demais colegas para podermos dar visibilidade ao tema.

Tenho certeza de que, ao final, peguei algumas sugestões que ela encaminhou à Comissão, coisas simples como publicidade, inserções nos currículos das escolas, arte, etc. Tenho certeza de que esta Comissão pode ajudar muito outras famílias a não serem vítimas desse fato extremamente estranho, porque não se sabe quem foi, não se viu o corpo, a família não pôde enterrar, não sabe se está vivo, não sabe onde está, se está no Brasil, se está no exterior.

Portanto, parablenizo V.Exa. e a Relatora e me coloco à disposição para darmos tudo de nós para evitarmos que novas famílias sejam vítimas desse tipo de fato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Quero dizer-lhe, nobre Deputado Domingos Dutra, que nós estivemos, na semana passada, em São Paulo para uma audiência pública. E V.Exa. tem toda razão, não tivemos uma linha sequer na imprensa — e toda a imprensa de São Paulo foi avisada — televisiva, escrita, rádio tudo. E também nenhum Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foi ao menos nos visitar ou se inteirar do caso, embora tenham sido todos convidados. Isso, na verdade, é a invisibilidade desse problema. A Dra. Arlete tem toda razão. Parece que um problema como esse nunca vai chegar perto da gente. Aliás, espero que realmente não chegue, Agradecemos muito pela sua presença.

Quero dizer que estamos planejando ir ao Paraná para conhecer mais de perto o trabalho que é feito lá, porque tem todo um trabalho de atendimento à família, para se fazer a busca imediata, e quase não se tem, no Paraná, o que nós



chamamos de crianças desaparecidas. Segundo o que nos foi apresentado, nos últimos anos, apenas um caso não foi resolvido, todos os outros o foram.

Acho que é muito importante — e esta CPI tem esse direcionamento — identificar os responsáveis, saber de que forma atuar e o que fazer, que propostas o Parlamentar, o Legislativo deve apresentar para que o Executivo possa atender melhor às famílias brasileiras.

Muito obrigada.

Vou agora abrir a palavra para as despedidas. Logo depois daremos continuidade aos nossos trabalhos, porque temos número regimental para fazer nosso trabalho em reunião ordinária.

A SRA. ARLETE IVONE CARAMÊS - Quero agradecer à Presidenta desta CPI pelo convite para estar aqui. Quero me colocar à disposição da Comissão para, se necessário, ajudar em algo mais. Como disse, são sugestões simples para se colocar em prática em todas as escolas do interior e da capital. Algo simples no currículo escolar, pegar uma cartilha e ler com a criança uma vez por mês, uma vez por semana. Na reunião de pais, pegar uma cartilha, ler com os pais, sugerir alguns cuidados. No interior, as crianças moram muito distante umas das outras. Nesse caso, orientar para não pegar carona com caminhoneiro. Isso é fundamental. São coisas simples que podem ser feitas que podem ajudar a evitar esse tipo de problema e melhorar muito o nosso Brasil.

A Deputada perdeu seu filho. Não quero me colocar na condição de vítima principal, mas se meu filho tivesse morrido, se meu filho estivesse doente, sofrido um acidente, eu teria tratado, eu teria feito tudo o que fosse possível. Eu não tive chance de nada. Meu filho esteve comigo no domingo inteiro. Na segunda-feira eu não vi mais meu filho. Eu não tive chance de nada. Eu não sei se ele está vivo ou morto, onde e como está. Eu não sei. Não só meu filho, como essas 28 crianças que estão aqui.

Ajudem-nos nessa questão. Quem é mãe, quem é pai sabe o valor de um filho.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Sra. Arlete Caramês.



Vamos continuar nossa reunião.

Peço ao Deputado Vanderlei Macris que me substitua e dê sequência à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Dando seguimento aos trabalhos, gostaria de informar às Sras. e aos Srs. Deputados que foram distribuídas cópias da atas da 6ª e da 7ª reuniões. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura, uma vez que estão todas em poder dos Srs. Deputados.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Solicitada a dispensa da leitura das atas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos para discuti-las, em votação.

O Srs. Deputados que forem favoráveis à sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Tendo em vista que já se iniciou a Ordem do Dia, vou encerrar os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião, antes convocando outra para o próximo dia 15 de outubro, quinta-feira, às 10h, no Anexo II, em plenário a ser definido, para audiência pública com a Dra. Gláucia Cristina da Silva Ésper, Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Brasília.

Está encerrada a reunião.